



GRUPO TEMÁTICO – GT 12

FAMÍLIA(S) E CUIDADO NA SAÚDE MENTAL – DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS

Profa. Dra. Sâmia Luiza Coêlho Da Silva
Faculdade Maranhense São José dos Cocais

Profa. Dra. Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger
Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)

A saúde mental, enquanto política pública adensada e orientada pelo Movimento de Reforma Psiquiátrica, tem se caracterizado por implicar novos contextos de vida para as pessoas com transtorno mental bem como para seus familiares. Nesse contexto, a família é referência, especialmente em virtude do processo de desinstitucionalização que, traz em seu bojo, a incorporação do grupo familiar como parceiro no cuidado, em razão da proximidade do seu ente com transtorno mental e também por ser o principal elo entre o Estado e a sociedade. Todavia, tal inserção, em processo de construção, implica vários limites, possibilidades e risco, principalmente devido aos efeitos trazidos pela ótica neoliberal que visibiliza a família de maneira naturalizada como lugar primeiro de produção/provisão de cuidado, suprimindo a responsabilização do Estado. Assim, compreende-se que se faz importante refletir a partir de estudos sobre o cuidado da pessoa com transtorno mental na perspectiva reformista desinstitucionalizante, visto que o quadro atual busca a permanência, reconstrução do elo sócio familiar, desde que seja possível, pois se considera que o cuidado é comunitário e não apenas familiar, exigindo a proteção social do Estado e da sociedade em geral. Com isso, esta proposta de Grupo de Trabalho (GT) objetiva promover discussões sobre a atenção psicossocial e a problematização do campo do cuidado em saúde mental, de sua defesa como um *care* e como um direito do ser social que implica na dimensão do “cuidar de si, cuidar do outro e de ser cuidado”, no qual o Estado não é apenas regulador, mas o principal ofertante de cuidados para que outras dimensões sejam sustentáveis, como o cuidado familiar, sem violação de direitos,



sobrecargas e desvantagens sociais entre os gêneros. O GT busca reunir estudos científicos, metodologicamente fruto de investigações quanto à abordagem mista, de natureza aplicada, objetivos quer sejam exploratórios, descritivos e /ou explicativo, que se validaram por procedimentos bibliográfico e/ou documental e /ou campo e/ou intervencionista em distintas áreas do saber, que podem ser relato de experiência, resultados de uma pesquisa ou uma reflexão teórica, a partir de um olhar multidimensional. O GT será realizado de forma remota.

Palavras-chave: Política de Saúde Mental; Família; Cuidado; Cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. C. Política de saúde mental no Brasil: o que está em jogo nas mudanças em curso. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: ENSP, Fiocruz, v. 35, n. 11, 2019.

AMARANTE, P. D.; NUNES, M. O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, n. 23, v. 06, p. 2067-2074, 2018.

AMARANTE, P. D. C.; TORRE, E. H. G. “De volta à cidade, sr. cidadão!” - reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. **Rev. Adm. Pública**, v. 52, n. 6, nov-dez, Rio de Janeiro, 2018, p. 1090-1107.

AMARANTE, P.D.C. **Saúde Mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

AMARANTE, P.D.C. **O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

AMARANTE, P.D.C. (Org.) **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: SDE/ENSP, 1995.

ARCOVERDE, A. C. B. (Org.). **Metodologias qualitativas de pesquisa em Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

AYRES, J. R. C. M. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 3, 2004, p. 16-29.

BAPTISTA, A. P. **A integração do portador de transtorno mental na família**. Monografia para a obtenção do grau de Licenciatura em Serviço Social. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Cabo Verde (Portugal), 2011, 86 f.

BARROS, J. M. S. **Nos bastidores da loucura: diálogos acerca da família no âmbito da (des)proteção social em saúde mental**. 2019. 89 p. Tese (Doutorado - Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2019.

BEZERRA JR., B. Os Desafios da Reforma Psiquiátrica no Brasil. In. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 22, p. 243-250, 2007.



BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html

BRASIL. Ministério da Saúde. SAS/ DAPES. Coordenação Geral da Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. **Saúde Mental em Dados – 10**, Ano VII, n. 10, março de 2012. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. SAS/ DAB. **Legislação sobre Rede de Atenção Psicossocial – Portaria nº 3.088/ 2011**, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. **Relatório de Gestão 2003-2006**. Ministério da Saúde: Brasília, 2007.

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. DE A. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social**, Brasília, n. 12, p. 165-190, jan./jun. 2003.

CARVALHO, M. C. B. de. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2001.

CAVALCANTE, R. O social para a saúde mental sob a contrarreforma neoliberal. **Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 2, p. 36-43, maio/ago. 2020.

CHIZZOTTI, A. **A Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DELGADO, P.G. G. Reforma psiquiátrica e cidadania. **Revista Saúde em Debate**, n. 35, 1992, p. 80-84.

DIMENSTEIN, M. et al. Estratégia da Atenção Psicossocial e participação da família no cuidado em saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1209-1226, dez 2010.

GAMA, A. S. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. Editora: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, T. A. A.; ROSA, L. C. S. A remanicomialização do cuidado em saúde mental no Brasil no período de 2010-2019: Análise de uma conjuntura antirreformista. **Revista O Social em Questão**, Ano XXII, n. 44, maio/ago., 2019, p. 111-138.

MELMAN, J. **Família e doença mental: repensando a relação entre profissionais de saúde e familiares**. São Paulo: Escrituras, 2001.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.



MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA EXECUTIVA. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. **Legislação em Saúde Mental: 1990-2002**. Brasília, Ministério da Saúde, 2002.

PEREIRA, S. L. B. Saúde mental e intersectorialidade: reflexões a partir de demandas aos Assistentes Sociais. **Revista Ser Social**, v. 22, n. 46, janeiro a junho, Brasília-DF, 2020.

ROSA, L. C. S.; VILARINHO, L. S. V. **Família(s) na desinstitucionalização em saúde mental**. Teresina: EDUFPI, 2020.

ROSA, L. C. S. **Transtorno mental e o cuidado na família**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ROSA, L. C. S. Os saberes construídos sobre família na área de saúde mental. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 71, ano XXIII, Ed. Cortez, 2002.

ROTELLI, F. et al. **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTIN, G; KLAFKE, T. E. A família e o cuidado em saúde mental. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 34, jan/jul., p. 146-160, 2011.

SARACENO, B. **Libertando identidades**: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/ TeCorá, 1999.

SILVA, E. K. B.; ROSA, L. C. S. Desinstitucionalização psiquiátrica no Brasil: riscos de desresponsabilização do Estado? **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 2, 2014.

SOARES, C. B.; MUNARI, D. B. Considerações acerca da sobrecarga em familiares de pessoas com transtornos mentais. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 6, n. 3, 2008, p. 357-362.

STAMM, M.; MIOTO, R. C. T. Família e Cuidado: Uma leitura para além do óbvio. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**. Maringá, v. 2, n. 2, jul./dez. 2003, p. 161-168.

TEIXEIRA, S. M. Política social contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e o trabalho social. In: MIOTO, R. C.; CAMPOS, M. S. C.; CARLOTO, C. M. (Orgs). **Familismo, direito e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015, p. 211-226.

TEIXEIRA, M. B. Qualidade de vida de familiares cuidadores do doente esquizofrênico. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 58, n. 2, mar./abr. 2005, p. 171-175.

VASCONCELOS, E. M. **Do hospício à comunidade**. Belo Horizonte, SEGRAC, 1992.

VELOSO, L. U.P.; CARLOS, K. P. T. A nova política de saúde mental no Estado do Piauí: mudanças e perspectivas. In: ROSA, L. C. S.; GUIMARÃES, L. D. A.; CARVALHO, M. E. B. (orgs.). **Cenários de práticas em saúde mental**: a atenção psicossocial no Piauí. Teresina: EDUFPI, 2009.



VIEIRA, G. T. S. **A família e o provimento de cuidados à pessoa com transtorno mental no contexto da desinstitucionalização.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UFPE. Recife, 2009, 108 p.

WAIDMAN, M. A. P. **O trabalho de cuidados às famílias de portadores de transtornos mentais no paradigma da desinstitucionalização.** 2004. 277 p. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2004.

ABSTRACT

FAMILY (S) AND MENTAL HEALTH CARE - DIALOGUES AND PERSPECTIVES

Mental health, as a densified public policy and guided by the Psychiatric Reform Movement, has developed because it implies new contexts of life for people with mental disorders as well as for their families. In this context, the family is a reference, especially due to the deinstitutionalization process that, in its core, incorporates the family group as a partner in care, due to the proximity of their loved one with mental disorder and also because it is the main link between the state and society. However, such insertion, in the process of construction, implies several limits, possibilities and risk, mainly due to the effects brought by the neoliberal perspective that makes a family naturalized as the primary place of production / provision of care, suppressing the responsibility of the State. Thus, it is understood that it is important to reflect from studies on the care of the person with mental disorder in the deinstitutionalizing reformist perspective, since the current situation seeks permanence, reconstruction of the socio-family link, as long as it is possible, as it is considered that care is community and not just family, demanding social protection from the State and society in general. With this, this proposal of the Working Group (WG) aims to promote on psychosocial attention and the problematization of the field of mental health care, of its defense as a care and as a right of the social being that implies the dimension of “taking care of themselves, taking care of the other and being cared for”, in which the State is not only a regulator, but the main provider of care so that other dimensions are sustainable, such as family care, without violation of rights, burdens and social disadvantages between genders. The WG seeks to bring together scientific studies, methodologically the result of investigations regarding the mixed approach, of an applied nature, objectives whether exploratory, descriptive and / or explanatory, which have been validated by bibliographic and / or documentary and / or field and / or interventionist procedures in different areas of the saber, which can be related to experience, research results or theoretical reflection, from a multidimensional perspective. The WG will be carried out remotely.

Keywords: Mental Health Policy; Family; Caution; Citizenship.





ACESSE O SITE CBCS 2021: <https://www.unifsa.com.br/cbcs2021/>

ATENÇÃO: Todos o(a)s participantes do 2º CBCS devem se inscrever no portal do evento. A inscrição no 2º CBCS só será efetivada mediante pagamento da taxa de inscrição. A taxa de inscrição assegura ao participante o direito de participar do evento, como ouvinte, coordenador(a) de GT, debatedor(a), apresentador(a) ou como coautor(a) de trabalho.

